

# A Geografia na Contemporaneidade 3

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# A Geografia na Contemporaneidade 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	A geografia na contemporaneidade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-439-9 DOI 10.22533/at.ed.399190307  1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.  CDD 910
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a A Geografia na Contemporaneidade (Volume 3), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, bem como de centros de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir dos seguintes enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes, as quais estão materializadas nos sete primeiros capítulos da Coletânea. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores e uma breve leitura sobre às bases do pensamento geográfico brasileiro.

Na sequência as contribuições tratam dos estudos das redes, políticas públicas relacionadas às obras viárias, geoturismo, patrimônio geológico-geomorfológico e os estudos climatológicos aplicados ao conhecimento geográfico e socioambiental.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3991903071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)	
Tânia Olinda Lima	
Denes Luís Reis Pedrosa	
Rogério Nogueira de Mesquita	
Claudia Cleomar Ximenes	
Danúbia Zanotelli Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3991903072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA	
Geslayne Dias da Silva	
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	
Edevaldo Aparecido Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3991903073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA	
Lucas Ramos de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.3991903074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE	
Sergio Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA	
Daiane Carla Bordulis	
Márcio Freitas Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)	
Crislaine Souza Almeida	
Silvana de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.3991903077	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA	
Márcio Estrela de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.3991903078	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA	
Diêgo Souza Albuquerque	
Luiz Eduardo do Nascimento Neto	
Mariana Priscila de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.3991903079	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>121</b>
INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	
Darlan Fabiane	
DOI 10.22533/at.ed.39919030710	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL	
Lucas Ponte Mesquita	
Juçara Spinelli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030711	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>146</b>
ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP	
Fellipe de Oliveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.39919030712	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>154</b>
MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO	
Gustavo Henrique Teixeira da Silva	
Jane Dias	
Luiza Leonardi Bricalli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030713	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>162</b>
A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000	
Any Marise Ortega	
Alex Ubiratan Goossens Peloggia	
DOI 10.22533/at.ed.39919030714	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>177</b>
A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39919030715	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>190</b>

## ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP

**Fellipe de Oliveira Barbosa**

Centro Paula Souza

Ribeirão Pires – São Paulo

**RESUMO:** A partir de 1990 os programas de ajuste estrutural implementados pelo estado brasileiro foram promovidos pelas políticas neoliberais que pressionam os governos locais a se adequarem a um cenário mundial cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente (Frey, 2007). O objetivo deste trabalho é iniciar uma discussão sobre a adoção de políticas neoliberais do setor de transporte na região metropolitana de São Paulo, a partir do estudo de caso da implementação do trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP-021) no município de Ribeirão Pires. Os procedimentos adotados na elaboração desse trabalho é uma análise preliminar do contexto institucional e territorial da implementação do projeto rodoviário e referências do ciclo da disciplina Estado, Mudança Social e Participação Política ministrada pelo professor doutor Dennis de Oliveira. Introdutoriamente serão relacionados autores como Vainer (2000), Nobre e Bassani (2015) e Maricato (2014) que discutem a ascensão do neoliberalismo nas práticas políticas da dinâmica urbana com autores que tratam da relação entre mudança socioambiental e participação política, como

Castell (1999), Diegues (2001) e Oliveira (2014). Em um segundo momento será apresentado sucintamente a política de transportes rodoviários e o rodoanel Mário Covas (SP-021). Por fim, serão levantadas discussões acerca de instrumentos analíticos sobre Estado, Mudança Social e Participação política na tentativa de se entender seus métodos analíticos e os contextos territoriais da implementação de políticas públicas do transporte metropolitano, como o trecho leste do Rodoanel (SP-021).

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Neoliberais. Rodoanel. Socioambiental

### STATE, SOCIAL CHANGE AND POLITICAL PARTICIPATION AND THE IMPLEMENTATION OF THE EAST LESTE PROJECT OF RODOANEL MÁRIO COVAS IN THE MUNICIPALITY OF RIBEIRÃO PIRES-SP

**ABSTRACT:** Since 1990 the structural adjustment programs implemented by the Brazilian state have been promoted by neoliberal policies that pressure local governments to adapt to an increasingly globalized, competitive and interdependent world scenario (Frey, 2007). The objective of this work is to initiate a discussion about the adoption of neoliberal policies in the transportation sector in the metropolitan region of São Paulo, based on the case study



of the implementation of the eastern section of the Mário Covas (SP-021) stilt road in the municipality of Ribeirão Pires . The procedures adopted in the preparation of this work are a preliminary analysis of the institutional and territorial context of the implementation of the road project and references of the cycle of the State, Social Change and Political Participation course taught by Professor Dennis de Oliveira. In this paper, we will introduce authors such as Vainer (2000), Nobre and Bassani (2015) and Maricato (2014) who discuss the rise of neoliberalism in the political practices of urban dynamics with authors dealing with the relationship between socioenvironmental change and political participation, such as Castell ), Diegues (2001) and Oliveira (2014). In a second moment the policy of road transport and the Mário Covas roadway (SP-021) will be presented succinctly. Finally, discussions will be held on analytical instruments on State, Social Change and Political Participation in an attempt to understand its analytical methods and the territorial contexts of the implementation of public policies of metropolitan transportation, such as the eastern section of the Rodoanel (SP-021).

**KEYWORDS:** Neoliberal policies. Rodoanel. Social and environmental

## 1 | INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais são expressão da relação que se coloca entre comunidades locais e as estruturas urbanas globais como a construção e operacionalização de grandes projetos rodoviários que são implementados para atender as necessidades do mercado, como a fluidez da circulação de capitais, mercadorias e serviços. Dessa relação conflituosa surgem novas expressões políticas para além da esfera pública tradicional questionando as políticas implantadas e exigindo medidas a serem adotadas. Segundo Castells (1999) devido ao elevado dinamismo empregado pela globalização e a informatização da sociedade surgem novas formas de organização da sociedade civil, a sociedade das redes (associativismo localizado). Na sociedade das redes, o ativismo surge como ação comunitária

“Um ativismo que se manifesta não especialmente por táticas e estratégias de ganhos institucionais, mas principalmente pela disseminação de novas atitudes que simbolizam valores, pelo desejo de expressar-se sem intermediações e pela construção de arranjos táticos pontuais que possibilitem a construção de novos espaços para as suas manifestações. Ao mesmo tempo, esse ativismo atua como uma consciência crítica coletiva aos mecanismos institucionais, fazendo pressão constante e exercendo a vigilância”. (OLIVEIRA, 2014, p. 106).

A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza, conforme Diegues (2001) no caso a pré-capitalista e a capitalista, sobretudo nos países do Terceiro mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose.

Há grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural como base para sua conservação e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais são os novos desafios nos estudos socioambientais, uma vez que os processos de instalação causam questionamentos dos moradores dos bairros afetados pelo empreendimento:

Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais. É necessária uma visão interdisciplinar. (DIEGUES, 2001, p. 159).

As transformações ocorridas a partir dos anos 80 do século passado que resultaram na implementação de uma diversidade de grandes projetos urbanos (GPU) elaborados a partir da desregulamentação urbanística associada às parcerias público-privadas (PPP) representam a participação de interesses do capital privado nas intervenções de projetos urbanos implementado pelo estado, o que autores como Vainer (2000), Nobre e Bassani (2015) e Maricato (2014) afirmam ser a ascensão do neoliberalismo nas práticas políticas da dinâmica urbana. No Brasil e na América Latina o processo de reformulação das políticas urbanas ocorreu a partir dos anos 1990, como resultado da ação combinada das agências multilaterais (BID, Banco Mundial e FMI) e de urbanistas consultores internacionais (Vainer, 2000). Os grandes projetos urbanos passam a adotar o planejamento estratégico como direcionador das propostas de intervenção no espaço urbano das cidades brasileiras.

As cidades brasileiras do fim do século XX se confundem com a região. Se o taylorismo e o fordismo (formas de organização da produção industrial no início e no fim do primeiro quarto do século passado) induziram a uma ocupação urbana mais concentrada, a disseminação do automóvel e o pós-fordismo determinaram uma ocupação dispersa e fragmentada (MARICATO, 2014, p. 173).

O planejamento estratégico passa a ser o direcionador das intervenções no espaço urbano das principais cidades do mundo, como mecanismo de regulação da política do uso do solo. A intervenção urbana passa a ser concebida na escala do projeto desconsiderando sua relação com o todo para atender a um objetivo econômico específico que por muitas vezes afetam as populações e/ou comunidades locais já que seus interesses têm como objetivo integrar esses espaços locais à economia global neoliberal que ocorre desde as últimas décadas do século passado.

Na política urbana, o resultado dessa transformação foi a mudança no paradigma do planejamento urbano, passando do modelo tradicional, compreensivo e racionalista, com sua visão global e integrada de cidade, para o planejamento estratégico, baseado em intervenções urbanas pontuais, fragmentárias e localizadas em áreas específicas (NOBRE e BASSANI, 2015, p.5).

A análise do projeto trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP 021) no município de Ribeirão Pires e a conservação de áreas de mananciais mostra-se desafiador, na medida em que a implementação deste empreendimento apresenta debates e

contestações entre os moradores das áreas afetadas.

A mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço, contrária a introdução de usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempo, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas de degradação ambiental. (CASTELL, 1999, p. 146).

A Pedreira Anhanguera S. A. conhecida também por Pedreira Santa Clara foi reativada em 10/03/2011 para fornecer material para a construção do trecho leste do rodoanel. (ARTESP, 2015). O movimento dos moradores do Pilar Velho começa a se reorganizar a partir de então, em meados de março de 2012, uma vez que o bairro sofre diretamente os efeitos desencadeados pela reativação da pedreira. A partir do início das obras do trecho leste do rodoanel, esse movimento ganha uma estrutura mais organizada, articulando-se com outros movimentos locais do município e ao sindicato dos professores do estado de São Paulo e a CSP/conlutas. Segundo Castell (1999) que aborda a questão dos movimentos que criam-se nos bairros de classe média mais afastados do centro da cidade, todas as formas de protesto estavam voltadas ao estabelecimento de controles sobre o meio ambiente em prol da comunidade local e, nesse sentido, as mobilizações defensivas locais certamente constituem um dos principais componentes de conflito no território.

## **2 | O RODOANEL MÁRIO COVAS (SP-021) E A POLÍTICA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

O desenvolvimento do setor rodoviário brasileiro tornou-se matriz do transporte terrestre a partir das políticas adotadas no Plano de Metas elaborado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que concedia incentivos a construção e, posteriormente, a operacionalização de eixos viários federais, interestaduais e locais. Os eixos viários, que praticamente foram indutores da expansão das áreas urbanas nos núcleos das principais capitais estaduais brasileiras, representam a circulação e logística territorial paisagística dominante, uma vez que responde por 80% do transporte de mercadorias e passageiros em território. BENEVIDES (1979).

O Rodoanel segundo a Dersa (2009) envolve uma série de medidas que promovem a política de incremento da intermodalidade de transportes terrestres no estado de São Paulo, integrando o sistema rodoviário da área da região metropolitana de São Paulo (RMSP). O projeto do trecho leste do Rodoanel (SP-021) possui quatorze quilômetros e quinhentos metros do traçado da rodovia em Ribeirão Pires. A empresa DERSA S.A da secretaria de transportes do estado de São Paulo é a responsável pelo empreendimento do trecho leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021). A concessionária SPMar uma empresa do Grupo Bertin possui a concessão de construção, manutenção e operacionalização deste trecho viário até nove de março de 2046 (ARTESP, 2015).

Para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) a empresa contratada foi o consórcio JGP Prime e para a execução da engenharia da obra civil a empresa contratada foi a Contern. O trecho leste foi inaugurado por completo no dia vinte sete de junho de 2015.

A decisão política de implementação do empreendimento rodoviário foi tomada pelas três esferas do poder público (a União, o Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo). Inicialmente, durante o período de construção do Trecho Oeste foi realizado o EIA/RIMA dos Trechos Norte, Leste e Sul do Rodoanel concluído em 2002. Porém, nas Audiências Públicas, segundo a Dersa (2009) para elaboração da análise ambiental emergiu uma demanda pela incorporação de um enfoque socioambiental e de desenvolvimento urbano mais explícito e abrangente, bem como dúvidas quanto ao papel do empreendimento na dinâmica urbana do anel periférico, especialmente quanto aos riscos de potencialização dos conflitos existentes entre a urbanização descontrolada e áreas de proteção e preservação ambiental, como áreas de mananciais.

Diante de inúmeras discussões, novos condicionantes levaram a uma revisão na estratégia de implementação do empreendimento rodoviário, necessitando de uma revisão, que segundo a DERSA (2009), estabeleceu um novo cronograma de implementação dos trechos sul, leste e norte devido às restrições orçamentárias averiguadas no prazo de 2003 a 2008. A necessidade de se avaliar a possibilidade de compatibilização com a prioridade estabelecida pelo governo estadual da inserção do Ferroanel, previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento dos Transportes Terrestres (PDTT). No sentido de incorporar esses novos elementos e aperfeiçoar a proposta de implantação do Rodoanel, a Secretaria dos Transportes e a DERSA decidiram, em 2003, reavaliar aspectos da concepção do empreendimento e sua estratégia de implantação. Neste contexto foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Rodoanel completo. A Avaliação Ambiental Estratégica concluiu pela viabilidade ambiental do Rodoanel como um todo e pela possibilidade de ser implementado por trechos, além de definir diretrizes para estudos ambientais complementares para os demais trechos e, especialmente, um conjunto de ações integradas que devem estar associadas ao empreendimento.

### **3 | CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP - 021) NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**

O projeto do trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP-021) no município de Ribeirão Pires surge da necessidade do poder público estadual na elaboração de um projeto rodoviário metropolitano para agilizar a circulação de mercadorias e serviços na cidade de São Paulo, demonstrando a orientação da política de transportes

urbanos do estado e a realidade das áreas necessárias para sua implementação. O entrelaçamento entre mercado, estado e democracia é tratado por Przeworsky (1995) em que o mercado pretende alocar os recursos produtivos de acordo com a regra da maior lucratividade (acumulação) e o estado, no entanto, tem por missão atender o critério principal da democracia, redistribuir os recursos da forma mais igualitária possível justificando, assim, a sua existência política (legitimidade). O conflito desta relação foi debatido durante as aulas da disciplina Estado, Mudança Social e Participação Política o que nos levou ao estudo do contexto histórico da formação filosófica da dimensão racional do Estado/Nação a partir da discussão sobre a definição de normas, padrões e códigos legais que estabelecem uma legitimidade natural/racional pela linguagem jurídica do poder do estado. A partir da eliminação da ideia de Estado acabado e sem conflitos, Mascaro (2015) afirma que as disputas de classe é o que marca os processos de mudanças na consolidação da legitimidade jurídica do estado moderno. Levando em consideração estas questões, Przeworsky (1995) aponta a importância de ser examinadas as relações entre estado, capital e sociedade levantando uma questão importante: em que condições o estado pode-se dizer autônomo quando os governantes têm a capacidade institucional de escolher seus próprios objetivos e de realizá-los diante de interesses conflitantes?

Para começarmos a responder essa questão, a leitura de obras e autores que discutem os escritos de Marx são fundamentais ainda no presente já que demonstram um entendimento profundo das relações de classe que se estabelecem na execução das políticas públicas no sistema político e jurídico capitalista. Mascaro (2015) entende o marxismo como a mais avançada compreensão da política e do direito no capitalismo, já que Marx em sua obra “crítica a filosofia do direito” demonstra uma crítica ao direito proposto e estabelecido nos escritos de Georg Wilhelm Friedrich Hegel em “Princípios da filosofia do direito” que demonstrava claramente o contexto histórico europeu que transitava durante os séculos XVIII e XIX entre o antigo regime e a nova ordem burguesa que se consolidava na estrutura do poder político. Na atualidade, o que marca a mudança dos séculos XX e XXI segundo Bauman (2006) é a separação e o iminente divórcio entre o poder e a política. Sendo assim, grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global que o incapacita a operar efetivamente na direção planetária, já que permanece local. Num planeta aberto à livre circulação de capital e mercadorias, o que acontece em determinado lugar tem um peso sobre a forma como as pessoas de todos os outros lugares vivem, esperam ou supõem viver. Bauman (2006) aponta ainda para a liquefação do Estado-nação, face a sua incapacidade de responder localmente aos estímulos globais. Dessa incapacidade é que surgem dilemas socioambientais, como as áreas de mananciais regulamentadas e protegidas por legislação ambiental específica que, no tocante a moradia e ocupação são de severas restrições, mas para a construção do trecho rodoviário são utilizadas na incorporação da malha de transportes da região metropolitana de São Paulo.

A opção pelo transporte rodoviário individual em detrimento ao transporte coletivo se revela como uma ambiguidade da política pública da área de transportes do estado de São Paulo. Na área de estudo até o momento o que se coloca é uma tentativa da população do Bairro Pilar Velho no município de Ribeirão Pires de se mobilizar e se articular enquanto comunidade para reivindicar os planos de gestão das áreas afetadas pelo empreendimento rodoviário em audiências com representantes do poder público municipal e a manutenção com “vigilância” da desativação da Pedreira Anhanguera S.A. O movimento dos moradores do Pilar Velho por sua vez, na luta por ações compensatórias contra a concessionária SPMar responsável pela administração do trecho leste do rodoanel Mário Covas, vem pressionando a gestão pública municipal para atender suas solicitações o que segundo Holston (2009) resultará em uma nova noção de cidadania e o surgimento do processo cívico (cidadania) no próprio local afetado.

Por fim, as decisões e ações que emanam do aparelho do estado afetam de maneira inevitável a sociedade e o território. Esses últimos, por sua vez, influenciam a forma e a dinâmica de funcionamento de facto dos estados, revelando as imbricações complexas que se estabelecem entre estado, mudança social e participação política.

## REFERÊNCIAS

ARTESP, Agência Reguladora de Transportes Terrestres do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. **Concessionária SPMar**. Disponível em: <<http://www.artesp.sp.gov.br/rodovias-concessionarias-spmar.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.]

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 120 p. Tradução: Carlos Alberto Medeiros.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek** – desenvolvimento econômico e estabilidade política – 1956/1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 320 p.

CASTELL, Manuel. **Fim de Milênio** in A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, Volume 3, 1999. 500 p.

DERSA, Desenvolvimento Rodoviário. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** do Rodoanel Mario Covas Trecho Leste. 1 ed. São Paulo: Consórcio JGP & PRIME Engenharia, 2009. 120 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 161 p.

FREY, Klaus. (2007). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & sociedade**, 9 (9), 115-148. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship** in na Era of Global Urban Peripherie. *City & Society*, Vol. 21, Issue 2, 2009. 245-267p.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 289 p.

MASCARO, Alysso Leandro. A crítica do Estado e do direito: A forma política e a forma jurídica. In:

NETTO, José Paulo (Org.). **Curso Livre de Marx e Engels**. São Paulo: Boitempo, 2015. 192 p.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce; BASSANI, Jorge (Org.). **Intervenções Urbanas em Áreas em Transformação de Cidades da América Latina**. São Paulo: Fau - Usp, 2015. 240 p. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/pesquisa/napplac/trabalhos/ebook\\_intervencoes\\_urbanas.pdf](http://www.fau.usp.br/pesquisa/napplac/trabalhos/ebook_intervencoes_urbanas.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Dennis. Movimentos sociais e uma nova cultura política em tempos de ação direta do capital. Ano 1, Número 1, **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, 2014. pp. 86 a 109.

PRZEWORSKY, Adans. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995. 165 p.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-439-9

